

# Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa  
(Organizador)



**Editora Chefe**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SEMIÓTICA E A TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA PARA O PROBLEMA DAS FAKE NEWS

Data de aceite: 04/01/2021

### Anderson Vinicius Romanini

Universidade de São Paulo/ Escola de  
Comunicações e Artes  
<http://lattes.cnpq.br/6215760548706506>  
<https://orcid.org/0000-0001-6558-0550>

### Márcia Pinheiro Ohlson

Universidade de São Paulo/ Escola de  
Comunicações e Artes

**RESUMO:** O pragmatismo e a semiótica nasceram simultaneamente, na segunda metade do século XIX, das contribuições do filósofo e lógico americano Charles S. Peirce. Ambos foram motivados pela necessidade de uma lógica mais ampla que pudesse ajudar a esclarecer nossas ideias socialmente compartilhadas a partir da análise das consequências de sua adoção por uma comunidade. A teoria pragmática da linguagem, proposta por John Langshaw Austin um século depois, pretendia estudar como os atos de fala da linguagem comum produzem efeitos reais, alterando o mundo. Defenderemos primeiro que a semiótica pragmática de Peirce e a filosofia pragmática da linguagem de Austin podem ser relacionadas de uma forma produtiva. Em seguida, analisaremos as fake news a partir dessa perspectiva conjunta, definindo-as como a enunciação de um símbolo que visa quebrar velhas crenças e produzir novas. O objeto representado pelas fake news não é o mundo real ou qualquer parte dele, mas sim a expectativa do enunciador da notícia falsa de que algum hábito

de ação será internalizado pelo público-alvo, mesmo que contrário ao seu próprio interesse ou ao interesse geral da sociedade como um todo. Concluimos que as fake news são símbolos parasitas de nossas crenças comuns, que se espalham pelas mídias sociais. Nesse sentido, as fake news são uma arma cognitiva contra o cerne da tradição democrática ocidental. O objetivo final das fake news não é a pós-verdade *per se*, mas uma pós-realidade não democrática. **PALAVRAS-CHAVE:** Fake news, pragmatismo, semiótica, Teoria dos Atos de Fala, pós-realidade.

**ABSTRACT:** Pragmatism and semiotics were born simultaneously, in the second half of the 19th century, from the contributions of the American philosopher and logician Charles S. Peirce. Both were motivated by the need for a broader logic that could help clarify our socially shared ideas from the analysis of the consequences of their adoption by a community. The pragmatic theory of language, proposed by John Langshaw Austin a century later, intended to study how speech acts of ordinary language produce real effects, altering the world. We will first advocate that Peirce's pragmatic semiotic and Austin pragmatic philosophy of language can be related in a productive way. We will then analyze fake news from this conjoint perspective, defining it as the utterance of a symbol aimed at breaking old beliefs and producing new ones. The object represented by fake news is not the real world or any part of it, but rather the expectation held by the utterer of fake news that some habit of actions will be internalized by the targeted public, even if contrary to its own interest or the general interest

of society as a whole. We conclude that fake news are parasite symbols of our ordinary beliefs that become widespread through social media. In this sense, fake news is a cognitive weapon against the core of the western democratic tradition. The ultimate goal of fake news is not post-truth per se, but a non-democratic post-reality.

**KEYWORDS:** Fake news, pragmatism, semiotics, Speech Act Theory, post-reality.

## INTRODUÇÃO

Há um caminho pouco explorado ligando teorias sobre a afirmação do filósofo e lógico americano Charles S. Peirce (1829-1914), pioneiro da semiótica e do método pragmático de esclarecimento de ideias, e o movimento da filosofia da linguagem iniciado por John Langshaw Austin (1911-1960), formulador da Teoria dos Atos de Fala, que foi seguida por pensadores como Ryle, Grice e Searle. Uma razão para a raridade dos estudos é que os filósofos ingleses sempre negaram qualquer influência da filosofia americana em suas abordagens. As pistas para traçar esse caminho existem, entretanto, e colocam o austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) na posição de dobradiça entre os americanos e os ingleses.

Rastrear a ligação entre Austin e Wittgenstein é relativamente fácil (Hacker, 2004). Embora Austin negue a afiliação direta, seus seguidores em Oxford admitem a influência de Wittgenstein, especialmente as ideias publicadas em *Philosophical Investigations* (1953). A conexão entre Wittgenstein e Peirce, por outro lado, é um pouco mais difícil de verificar, em grande parte porque Wittgenstein quase nunca citou pensadores que influenciaram seu pensamento. Deve ser estabelecida a partir de informações históricas e biográficas, como vem sendo feito por diversos pesquisadores nas últimas décadas (Nubiola, 1996; Petrilli, 2015).

Dois pensadores desempenharam papéis importantes: Victoria Welby (1837-1912) e Frank Ramsey (1903-1930). Welby trocou cartas com Peirce por vários anos depois que ele escreveu para a *Nation* uma resenha favorável de seu livro, "What is meaning", publicado em 1903. Após a morte de Peirce, Welby circulou algumas dessas cartas entre filósofos ingleses, e elas foram posteriormente coletadas e publicadas pela CK Ogden em seu "The Meaning of meaning" (1923). O próprio Ogden enviou uma cópia de seu livro para Wittgenstein. Alguns meses depois, Ramsey e Wittgenstein trocaram cartas sobre o livro e seu impacto na comunidade filosófica. Ramsey era um leitor entusiasta de Peirce e de outros pensadores pragmáticos, de quem ele toma emprestado muito de seus conceitos de linguagem - a ponto de declarar explicitamente que propôs "uma espécie de pragmatismo: julgamos hábitos mentais ou crenças pelo fato de funcionarem" (1926: 31, tradução nossa).

Há de fato um sabor pragmático e peirceano na Teoria dos Atos de Fala e, às vezes, semelhanças terminológicas tão grandes - como os termos "interpretante" e "terreno comum" usados por Grice - que é estranho que esses autores neguem a influência da semiótica de Peirce sobre suas teorias. Ainda mais porque Brock (1981) mostrou, sem se



preocupar em atrair influências diretas entre os filósofos, que Peirce havia desenvolvido uma Teoria dos Atos de Fala em tudo semelhante ao do filósofo da linguagem inglês. Nossa intenção aqui é conjecturar que uma abordagem conceitual entre Austin e Peirce pode ser importante para compreender fenômenos emergentes em linguagens contemporâneas, como as fake news.

Apresentaremos a teoria da asserção de Peirce, em conexão com suas concepções de símbolo e informação. A seguir, apresentaremos brevemente a Teoria dos Atos de Fala de Austin, enfocando seus aspectos explicitamente pragmáticos. Por fim, mostraremos que as fake news podem ser consideradas *latu sensu* como atos de fala proferidos para alcançar certos efeitos em um público geral.

## **A TEORIA SEMIÓTICA DA AFIRMAÇÃO DE PEIRCE**

O aspecto mais importante de uma teoria semiótica dos atos de fala à la Peirce é que as asserções são símbolos na forma proposicional. Um símbolo, para Peirce, é qualquer signo capaz de representar objetos gerais (leis, hábitos, padrões, conjuntos, etc), a fim de produzir tipos de consequências igualmente gerais. Uma palavra, uma frase, um gesto, uma imagem, um livro ou mesmo uma biblioteca inteira podem ser analisados como símbolos. O papel semiótico de um símbolo é obter informações da experiência e gerar crenças capazes de determinar os hábitos de conduta em uma comunidade de intérpretes que compartilham o símbolo. Sempre que experiências e hábitos de conduta não combinam, hábitos são quebrados, crenças são descartadas e novas devem ser implementadas.

Um símbolo não precisa ser efetivamente compartilhado para ser real. Basta que tenha potencial para circular e influenciar. Por exemplo, um hieróglifo é um símbolo, embora ninguém o use atualmente ou possa até mesmo entendê-lo. Sua realidade depende do uso futuro condicional, não atual. Isso é consequência do realismo professado por Peirce, em que os gerais são reais, mesmo que nunca instanciados como atos comunicativos. Em uma situação normal da fala, entretanto, o símbolo está em pleno uso conversacional. Nesse caso, o enunciador de uma asserção professa sua crença nos hábitos implícitos no símbolo proposicional que a asserção traduz para a linguagem falada. Nesse sentido, a mesma proposição pode ser afirmada em diferentes línguas faladas, pois pode ser escrita em diferentes línguas naturais ou artificiais, ou mesmo por meio de linguagens criativas emergentes que utilizam emojis e geradores de memes para redes sociais. Um pedido como “Pare!” pode ser falado, escrito, gesticulado com a palma da mão levantada na frente do receptor, desenhado como uma imagem, publicado na forma de um meme em uma rede social, como um emoji em um aplicativo de conversação, etc e será essencialmente a mesma proposição.

Uma asserção é precisamente a instanciação de uma proposição de uma determinada língua (não necessariamente natural, como o português), de um código e

sintaxe específicos e dotada de um contexto histórico e social. Do ponto de vista da Teoria da Comunicação, uma afirmação é um ato pelo qual um falante se dirige a um ouvinte graças ao uso de signos. E, nesse ato, a asserção mostra que o remetente sabe o que ou acredita no que está sendo enunciado, supondo que a asserção se destina a provocar no ouvinte uma crença ou conhecimento semelhante. Isso implica que o ato de asserção pressupõe que a pessoa que o pratica torna-se passível de incorrer nas sanções previstas nas leis sociais ou morais, caso a afirmação não seja verdadeira e se essa pessoa não tiver uma desculpa plausível para a emissão de proposições inverídicas. Há, portanto, um princípio social de confiança e compromisso que fundamenta um ato de afirmar uma crença. Peirce:

Qual é a natureza da afirmação? [...] Não é só dizer, mas fazer. A lei, creio eu, chama isso de “ato”. De qualquer modo, isso seria seguido por efeitos muito reais, caso a substância do que é afirmado fosse provada falsa. [...] Pois, claramente, toda afirmação envolve um esforço para fazer o intérprete pretendido acreditar no que é afirmado, para o qual uma razão para acreditar que deve ser fornecida. Mas se uma mentira não colocasse em risco a estima em que o enunciador era tido, nem de outra forma fosse capaz de acarretar os efeitos reais que ele evitaria, o intérprete não teria razão para acreditar na afirmação. [...] Neste ponto, o leitor deve recordar ou, se não o souber, fazer as observações necessárias para se convencer que, mesmo na meditação solitária, todo julgamento é um esforço para pressionar para casa, sobre o eu do futuro imediato e do futuro geral, alguma verdade (CP 5.546, tradução nossa).

Como qualquer ação humana, um ato comunicativo tem implicações éticas e deve obedecer às regras que regem a comunicação social. Na filosofia de Peirce, as implicações da informação simbólica repercutem também no campo da estética. A ocasião para a aceitação de um novo símbolo é dada por sua capacidade de apaziguar o desconforto de uma dúvida. A angústia diante do desconhecido clama por uma nova hipótese explicativa (Peirce, 1877). O efeito final produzido por um novo símbolo é o de produzir um hábito que nos devolve a felicidade de alimentar uma crença capaz de guiar nosso comportamento social diante de um mundo em rápida mudança. Sentimentos gerais, normalmente compartilhados por uma comunidade, são o propósito supremo de um símbolo.

## **A FIXAÇÃO DE CRENÇAS FALSAS**

Se a produção de uma crença é o efeito pretendido por uma asserção, devemos lembrar que Peirce listou quatro métodos para sua fixação (1877). Três deles oferecem o conforto de crenças que de uma forma ou de outra bloqueiam a busca da verdade como empreendimento social e falível: são os métodos da tenacidade, da autoridade e a priori. As estratégias usadas pelos emissores de notícias falsas são claramente baseadas em um deles ou, mais comumente, em diferentes combinações desses métodos. Somente o método científico, baseado na experiência e em uma humilde suposição de falibilismo,

pode levar ao verdadeiro conhecimento. Vamos revisar, brevemente, cada um deles e dar alguns exemplos de tipos de fake news associadas:

1. **Método de tenacidade.** É o mais primitivo de todos: direto, simples e forte, porém cego e injustificado. A crença é estabelecida por alguém que se apega obstinadamente a uma ideia que o agrada. Os crentes da Terra plana são um bom exemplo, pois ignoram tudo que possa questionar sua crença e reconhecem apenas as coisas que a sustentam. Qualquer notícia falsa que reforce sua crença será considerada verdadeira.

2. **Método de autoridade.** Também chamado de dogmático. O indivíduo transfere para uma instituição externa ou pessoa eminente o poder de ditar o que é verdade e, assim, justificar sua própria crença. Peirce argumenta que este é o principal e melhor método para governar as massas, e especialmente as doutrinas teológicas e políticas são sustentadas por este método. Isso leva à paz, embora à custa da liberdade individual, uma vez que os dissidentes minoritários devem ser silenciados para manter a paz mantida pela maioria. Notícias falsas proferidas por líderes populistas ou celebridades (e muitas vezes falsamente atribuídas a eles) são bons exemplos.

3. **Método *a priori*.** O indivíduo assume um sistema de proposições universais como verdadeiro e passa a aceitar apenas os fatos da experiência que confirmam as conclusões anteriormente aceitas. Este método não produz apenas um impulso para acreditar, mas também ajuda a decidir em quais proposições acreditar. As opiniões são sempre mais ou menos uma questão de moda, e as pessoas nunca chegam a um acordo fixo com esse método. Por exemplo, fake news que promovem discurso de ódio contra imigrantes ou mulheres e se opõem ferozmente a políticas públicas afirmativas para combater a discriminação podem fazer muito sentido para aqueles que já acreditavam no neoliberalismo ultraconservador da extrema direita, mesmo que dados de pesquisas científicas provem que políticas afirmativas melhoram a sociedade e trazem benefícios duradouros.

4. **Método científico.** Idealmente, as crenças devem ser determinadas estudando nossas observações empíricas e raciocinando como as coisas realmente são. Então, podemos definir as crenças que, no longo prazo, correspondem aos fatos reais. Este método é baseado na experiência e uma concatenação precisa entre três tipos de argumentos racionais: dedução, indução e abdução (ou hipótese). Quando a dúvida surge para o indivíduo, ele deve se esforçar para formular a melhor conjectura possível com base no conhecimento prévio. Uma vez que o indivíduo tenha chegado a uma hipótese abdutiva, ele deve extrair dedutivamente as possíveis consequências e, finalmente, começar a testar suas descobertas no mundo real. Esse método assume falibilidade própria e, além disso, depende de uma comunidade de pesquisadores interessados no diálogo contínuo. Segundo este método, nenhuma notícia deve ser aceita pelo seu valor de face e devemos manter um certo grau de ceticismo em relação a qualquer crença. Sempre que os fatos da experiência não se encaixam em nossas crenças, devemos estar dispostos a abandoná-los e formular novos.

O método científico pode ser lento e exigente do ponto de vista cognitivo, mas é a única forma de separar a informação da desinformação porque fundamenta os símbolos relevantes na realidade e na construção de uma opinião socialmente e com base na experiência. As instituições sociais que adotam o método científico, com maior ou menor grau de adesão, são justamente aquelas de maior estima e confiança na sociedade, como universidades, academias e jornalismo de reportagem. Talvez possamos dizer jornalismo “ideal” - corajoso e investigativo, guiado por um código deontológico e sob escrutínio público. Ao contrário das tendências atuais das mídias sociais, o jornalismo deve preferir a reportagem *in loco* como sua principal fonte de informação e os cientistas como sua fonte de análise, mantendo uma atitude humilde para redirecionar a tarefa sempre que novos fatos vierem à esfera pública.

## **PARE!, UM EXEMPLO ILUSTRATIVO**

Uma vez que cobrimos muitos conceitos abstratos provenientes do método pragmático de Peirce, pode ajudar se agora dermos um exemplo simples vindo de experiências diárias, como um simples sinal de trânsito. Um sinal de trânsito “PARE” em um cruzamento não é uma mensagem direcionada a este ou aquele motorista, mas ao grupo de todos os motoristas que podem passar. Nem um símbolo determina precisamente como este ou aquele motorista deve parar seu veículo em particular, mas oferece uma “regra prática” afirmando que a parada é necessária para todos. Enquanto o efeito geral de parar veículos funcionar como uma regra socialmente compartilhada, o símbolo alcançou seu propósito.

Os símbolos são dinâmicos e se desenvolvem ao internalizar informações quando usados em experiências sociais. Isso é possível porque, quando usados, os símbolos têm a capacidade de denotar os objetos que professam representar enquanto conotam as características desses mesmos objetos. A capacidade de denotação se refere à extensão ou largura do símbolo, enquanto a capacidade de conotação se refere à compreensão ou profundidade.

Nas proposições informativas, a denotação é produzida por um índice que indica o sujeito da informação, enquanto a conotação é produzida por um ícone que conota os predicados do sujeito apontado. Informação é justamente o aumento da capacidade denotativa do termo que serve de predicado e um aumento da compreensão do termo que serve de sujeito da proposição.

No caso do sinal “PARE”, ele denota todos os trechos de ruas, estradas, etc em que a parada é obrigatória no sentido do motorista que a observa à sua frente e conota todos os predicados envolvidos na ação de parar o veículo (travagem, redução da velocidade, paragem com o motor a trabalhar, etc). O significado do sinal de trânsito “PARE” seria o conjunto de todas as consequências usuais que adviriam naturalmente da adoção desta



palavra por uma comunidade de falantes. A semiótica peirceana ensina que moldamos nossa conduta de acordo com nossas crenças, e o significado último de um símbolo é precisamente o hábito de conduta que ele produziria em uma comunidade que o adota - e a isso chamamos de significado pragmático.

Essas duas grandezas lógicas (extensão e compreensão) são tradicionalmente consideradas inversamente proporcionais. Se não houver mudança em nosso estado de informação sobre o mundo, reduzir a compreensão do complexo termo “sinal de trânsito ‘PARE’” para apenas “sinal de trânsito” implicará em um aumento na extensão dos objetos (situações, trechos de estrada, etc) denotado pelo novo símbolo. A informação semiótica pode ser definida formalmente como um aumento na capacidade de denotação ou na conotação de um símbolo, sem prejuízo da outra quantidade relacionada. Por exemplo, se e quando um motorista se aproxima de um sinal de “PARE” que ele nunca viu antes em sua vida, isso indicará a ele que há um ponto de parada, fazendo com que sua conduta esteja de acordo com a crença envolvida naquela regra de trânsito. Nesse momento, o motorista terá sabido, por meio de informações, que há um novo local onde se aplica o sinal de trânsito “PARE”. Da próxima vez que lá for, não haverá produção de informação porque ele já terá internalizado esse conhecimento.

Outra forma de fazer com que o símbolo “PARE” ganhe informações é aumentar sua compreensão. Por exemplo, se por razões sanitárias ligadas à produção de gases tóxicos passou a ser obrigatório desligar o motor do veículo sempre que ele parar em frente a uma placa de “PARE”, as autoridades de trânsito devem iniciar uma campanha de informação aos motoristas sobre o novo predicado envolvida neste símbolo, e esta campanha só pôde ser interrompida após a universalização do conhecimento, a ponto de a mudança não ser informativa para nenhum motorista que seja usuário das regras de trânsito.

Veja que, se uma das muitas réplicas do sinal de “PARE” espalhadas pelas estradas do mundo for propositalmente removida do cruzamento onde sinalizou corretamente e colocada, digamos, em um trecho de rodovia onde você nunca deve parar no regras de trânsito atuais, sua presença pode causar confusão e até acidentes graves.

Suponhamos, por fim, que os bandidos habitualmente mudem a sinalização “PARE” justamente para causar confusão e acidentes nas vias públicas propositalmente, pois assim podem roubar suas vítimas com mais eficiência. Neste caso, a sinalização “PARE” passa a circular socialmente com dois significados muito diferentes: se para os condutores que partilham as estradas continua a representar locais de paragem obrigatória, para os bandidos que propositalmente os deslocaram significam locais de expectativa futura de confusão e acidentes que lhes darão oportunidades de roubo e enriquecimento ilícito.

Se para os motoristas-vítimas o significado da placa fica frustrado em suas consequências finais, gerando dúvidas que repercutirão na confiabilidade de todo o sistema regulatório de tráfego, para os bandidos os efeitos gerais do símbolo manipulado atingem plenamente os efeitos pragmáticos desejados, alcançando a lógica desejada da

felicidade. Chamaremos esses bandidos de extensionistas porque manipulam a denotação do símbolo.

Outra classe de bandidos pode optar por uma estratégia abrangente, preferindo manipular a conotação do símbolo. Nesse caso, eles iniciariam uma campanha para convencer o público-alvo de seus ataques de que a placa “PARE” tinha um novo predicado (como desligar o motor do carro). Aumentar a compreensão do símbolo com um novo atributo normativo colocará os motoristas vítimas em uma situação de maior fragilidade e passividade para que possam atingir seus fins ilegais.

Em ambos os casos, os bandidos estarão criando um *proxy* impostor para o símbolo real e socialmente aceito, um novo símbolo parasita projetado para produzir efeitos de acordo com ações antiéticas.

## **FAKE NEWS E A TEORIA DOS ATOS DE FALA**

A ideia básica de Austin é que os constituintes elementares do uso e compreensão da linguagem natural são atos de fala com condições de sucesso e felicidade para sua realização - e não proposições com condições de verdade mantidas por teorias do significado da vertente analítica do filosofia da linguagem.

O ponto de partida da teoria de Austin foi a distinção entre constativo e performativo. Ele afirmou que seria possível distinguir entre (1) afirmações constativas, sobre as quais podemos afirmar serem verdadeiras ou falsas (no sentido de corresponder ou não à realidade), e (2) enunciados performativos, que teriam sucesso ou não. Mas logo a seguir Austin percebeu que mesmo os enunciados constativos também são performativos porque ao fazer um enunciado ou descrição também estamos realizando um ato, que então pode ser bem ou malsucedido em seu propósito.

Assim, para Austin, toda linguagem é performativa e o ato de fala se torna a unidade básica de significado. Esta unidade é composta por três dimensões integradas ou articuladas: o ato locucionário, que é a dimensão linguística; o ato ilocucionário, que é o próprio agente performativo e que carrega a força ilocucionária; e o ato perlocucionário, que seriam as consequências do ato na audiência, no locutor ou em outros.

O ato perlocucionário corresponde aos efeitos ocasionados pela prática de um ato ilocucionário, às suas consequências nos sentimentos, pensamentos ou ações dos participantes. Segundo Austin, o locutor, ao dizer o que diz, realiza outro tipo de ato (como persuadir, convencer ou alertar) e pode ser considerado responsável por esses efeitos. No entanto, as consequências perlocucionárias de atos ilocucionários são não convencionais, não estando completamente sob o controle do falante, mas sim relacionadas às circunstâncias específicas em que o ato é realizado (Austin 1975: 118).

Notícias falsas podem então ser consideradas como atos de fala perlocucionários que o falante realiza para persuadir o ouvinte a aderir à crença que produzirá alguns

hábitos de conduta que são do interesse do falante. Notícias falsas podem ser notícias antigas reproduzidas fora de contexto, uma história contada enfatizando alguns detalhes minuciosos que não são socialmente relevantes, uma narrativa parcial ou totalmente fictícia que leva a algum efeito emocional, um argumento contaminado por falácias, etc. O que caracteriza as notícias falsas não é a falta de referência no mundo real factual, que pode ser trivial. Muitas notícias carecem de consistência dêitica por ignorância ou ingenuidade, mas não têm o poder de parasitar o sistema universal de crenças de uma comunidade para produzir efeitos de interesses particulares.

## CONCLUSÃO

De uma perspectiva estritamente semiótica e pragmática, as notícias falsas são afirmações de símbolos que expressam informações sobre um estado de coisas pertencentes a mundos possíveis (inexistentes), criados ficcionalmente e compartilhados por comunidades de intérpretes que desenvolvem argumentos e narrativas para alcançar resultados bem definidos finalidades, sejam ideológicas ou econômico-financeiras - senão ambas.

O propósito pragmático das notícias falsas não é produzir desinformação ou espalhar mentiras, embora isso faça parte de sua estratégia. Seu objetivo final é criar narrativas confiáveis a fim de influenciar a opinião pública. Mais especificamente, seu objetivo é que as pessoas impactadas desenvolvam e compartilhem entre si hábitos mentais e comportamentais de interesse ideológico e/ou econômico aos grupos que financiam notícias falsas, fazendo com que ajam de forma contrária a seus próprios interesses particulares e, muitas vezes, da sociedade em geral.

Ter o compromisso social e o valor da estima como base da confiança no ato da fala revela uma das maiores dificuldades no combate às fake news, uma vez que são criadas e divulgadas com frequência por agentes anônimos ou falsos perfis de redes sociais. Além disso, a estima social atua de forma peculiar nas redes sociais, uma vez que o número de curtidas de uma postagem, ou seguidores de um perfil, é motivo suficiente para um alto valor social por parte de quem cria ou veicula notícias falsas.

Nesse sentido, as fake news são um ataque às nossas crenças. Às vezes, crenças que regulam nossa conduta diária e nos permitem resolver nossos problemas diários. Esses símbolos são prejudiciais para pessoas individuais ou para coleções finitas de pessoas afetadas. Outras vezes, crenças que regulam a sociedade como um todo, envolvendo políticas públicas e conceitos fundamentais como a democracia, a representação parlamentar, a operacionalidade do executivo e a correção do judiciário. As notícias falsas que operam a este nível são armas orientadas para as tradições democráticas das nossas sociedades, são produtoras de distopias e geradoras de pós-realidades (Guarda, Ohlson & Romanini., 2018).

## REFERÊNCIAS

Austin, J. L. (1975). **How to Do Things with Words**, James O. Urmson and Marina Sbisa (eds.). Oxford: Oxford University Press.

Brock, J. E. (1981) "An Introduction to Peirce's Theory of Speech Acts". In: **Transactions of the Charles S. Peirce Society** (Vol. 17, No. 4), pp. 319-327.

Coelho Neto, J. T. (2007). **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo, SP: Perspectiva.

Guarda, R.F., Ohlson, M.P., & Romanini, A.V. (2018). **Disinformation, dystopia and post-reality in social media: A semiotic-cognitive perspective**. *Education for Information*, 34, 185-197.

Hacker, P. M. S. (2004). 'Austin, John Langshaw (1911–1960)'. In: **Oxford Dictionary of National Biography**, Oxford University Press.

Marcondes, D. (2012). **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. São Paulo, SP: Cortez.

Nubiola, J. (1996). Scholarship on the Relations between Ludwig Wittgenstein and Charles S. Peirce. In: **Studies on the History of Logic** (Vol. I. Angelelli y M. Cerezo, eds.). Proceedings of the III Symposium on the History of Logic, Walter de Gruyter, Berlin, 281-294.

Peirce, C.S. (1877) **The Fixation of Belief**. In *Popular Science Monthly*, 12 (Nov 1877), pp. 1-15.

Peirce, C. S., In Hartshorne, C., In Weiss, P., & In Burks, A. W. (1994). **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Electronic edition. Charlottesville, Va: IntelLex Corporation.

Petrilli, S. (2015). **Sign, Meaning, and Understanding in Victoria Welby and Charles S. Peirce**. *Signs and Society*, 3(1), 71-102. DOI:10.1086/679453

Ramsey, F. P. (1926). Truth and Probability. In: Ramsey, 1931, **The Foundations of Mathematics and other Logical Essays**, Ch. VII, p.156-198, edited by R.B. Braithwaite, London: Kegan, Paul, Trench, Trubner & Co., New York: Harcourt, Brace and Company.

Schmitz, H. W. (1985). Introduction. In: **Significs and language** (Welby, V.L [1911]. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.